



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AERONAVES - SMAN/CAOP/CGAP/DIREX/PF

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08211.004755/2022-23

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de peças e componentes destinados às manutenções programadas (preventivas e preditivas) e não programadas (corretivas) da aeronave tipo helicóptero, modelo AW139, ano de fabricação 2013, prefixo PR-HFV, pertencente à frota da Coordenação do Comando de Aviação Operacional da Polícia Federal, tendo por objetivo manter a aeronave em plenas condições operacionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Quantidade simbólica unitária	Valor Simbólico Unitário R\$	Valores máximos de Referência	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
1	1	PEÇAS e COMPONENTES originais constantes do Manual de Manutenção da Aeronave e/ou do IPC (Catálogo Ilustrado de Peças) da fabricante da aeronave tipo helicóptero, modelo AW139, ano de fabricação 2013, prefixo PR-HFV. <b>Quantitativo de peças e componentes cuja necessidade ao longo do tempo é possível aferir tomando-se por base parâmetros inerentes às determinações técnicas de manutenção regular da aeronave e Quantitativo de peças e componentes cuja necessidade ao longo do tempo não é possível aferir, em razão de fatores imprevisíveis.</b>	13.362.831,00	R\$ 1,00	R\$ 13.362.831,00	<u>Conforme itens 2 e 3</u>
	2	Taxa administrativa referente ao item 1 (peças com valor abaixo de US\$2.500,00), referência 38%	1		R\$ 38,00	38%
	3	Taxa administrativa referente ao item 1 (peças com valor acima de US\$2.500,00), referência 21%	1		R\$ 21,00	21%

1.2. O item 1 da tabela acima não será objeto de lances, apenas corresponde ao valor que a administração tem reservado para gastos com peças, FAVOR REPETIR O VALOR NO ITEM 1;

1.3. Os itens 2 e 3 se referem aos valores da taxa de administração, conforme percentuais especificados na tabela, convertidos para valores em reais, que serão objeto de lances, consignados em ata de sessão pública o seu resultado somente para fins de cálculo da taxa de administração a ser aplicada, conforme o valor da peça ou componente a ser demandado.

1.3.1. O valor referente ao item 1 é relativo ao aporte financeiro para custear a aquisição de peças e componentes que são o objeto deste instrumento, acrescida da taxa de administração correspondente ao caso (peças e componentes com valores acima ou abaixo de US\$ 2.500,00). Portanto, novamente, não será objeto de lances.

1.3.2. Com isso, após o final da fase de aceitação, os preços referentes aos itens 2 e 3, serão reduzidos a valores irrisórios como parte da negociação, contudo deverá estar presente na proposta o percentual ofertado para efeito de conferência pelo fiscal do contrato na hora do atesto do pagamento.

1.4. Os lances serão realizados pelas licitantes aos itens 2 e 3, os quais, após cálculos e julgamento de propostas, serão considerados como percentuais aplicáveis a cada um dos casos previstos no sub-tópico acima. Ao final da sessão, e para fins de registro em termo contratual, serão consignados em sistema os percentuais correspondentes a cada uma das situações.

1.5. O item 1 corresponde ao valor dos gastos com peças e taxa administrativa, esclarecendo que sua decomposição corresponde ao valor de R\$ 8.284.955,22 de reserva para peças e R\$ 5.077.875,78 referente a taxa administrativa de 38%, totalizando **R\$ 13.362.831,00** para peças independente da taxa cobrada.

a) O modelo busca minimizar os prejuízos para a administração conforme a prática de mercado. Assim, utilizou-se o maior percentual (38%) de forma a simplificar o procedimento e importar menor risco para administração com a possibilidade de falta de recurso, devido 38% garantir maior reserva orçamentária do que 21%, lembrando que cada fatura será liquidada conforme os percentuais informados na proposta.

b) **Exemplo de lance:** ofertados R\$ 25,50 ao item 2, tem-se que a taxa de administração proposta pela empresa licitante para o fornecimento de peça ou componente cujo valor não ultrapasse US\$ 2.500,00 é de **25,5%**. Ofertados R\$ 12,75 ao item 3, tem-se que a taxa de administração proposta pela empresa licitante para o fornecimento de peça ou componente cujo valor não ultrapasse US\$ 2.500,00 é de **12,75%**.

1.6. O vencedor selecionado será aquele que apresentar o menor valor do somatório dos itens 2 e 3.

1.7. Com base nos exemplos de lances acima, para definir o valor total do contrato, basta fixar o valor reservado para as peças R\$ 8.284.955,22 e aplicar o novo percentual exemplificativo de 25,5% (devido a adoção da maior taxa - conforme explicação no item 1.5 "a"): R\$ 8.284.955,22 + R\$ 2.112.663,58 = R\$ 10.397.618,80 (valor total do contrato), repetindo o modelo para qualquer outra taxa ofertada, lembrando que esse valor será registrado como negociado no final da licitação.

1.8. DO REGISTRO DE PREÇOS

1.8.1. A taxa de administração de que tratam os itens 2 e 3 compõem todo o custo logístico, operacional, administrativo, margem de lucro, bem como incidências outras, como taxas de desembaraço aduaneiro, impostos de importação incidentes, serviços de frete, riscos, consolidações de materiais, manutenção e gerenciamento de estoque, de galpões, e tributos antes e após a nacionalização, etc.

1.8.2. A intenção da contratação é o Registro de Preços, através de cobrança de taxa de administração sobre o *Pricelist*, já realizado de forma satisfatória no processo SEI 08211.002628/2018-11, 08211.004543/2019-41 e 08211.001745/2021-55, aprovado pelo Parecer nº 098/2016/CJU-RN/CGU/AGU e 13518959;

1.8.3. A modalidade de licitação escolhida para a contratação do objeto (Registro de Preços por meio de Pregão Eletrônico) encontra amparo no Art. 3º, Incisos I, II e IV, do Decreto 7.892/2013, haja vista que, pelas características do objeto, há necessidade de sua aquisição de forma frequente (inc. I); há conveniência por parte da Administração de sua da entrega de forma parcelada (Inc. II); e pela própria natureza do objeto, não é possível definir previamente com precisão o quantitativo a ser demandado pela Administração (Inc. IV).

1.8.4. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da data de assinatura do termo contratual, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

1.9. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.9.1. Os itens não descritos no *Price List* do fabricante e que constem no Manual de Manutenção da aeronave e/ou no IPC (Catálogo Ilustrado de Peças), terão como preço base para referência anterior a aplicação da taxa administrativa, a cotação direta com a fabricante da aeronave ou da peça (com valores sem incidência de: a) frete e seguro internacional; b) custo de admissão e manutenção do Depósito Especial (DE); e c) custos de nacionalização, os quais se incluem: frete interno; taxa SISCOMEX e Infraero / CODESP; eventual honorário de despachante; e impostos como ICMS, IPI, II, PIS e COFINS) para posterior aplicação da taxa de administração conforme proposto pelo vencedor do certame;

1.9.2. Nesse mesmo contexto, caso ocorra a necessidade de aquisição de peças que constam no Manual de Manutenção da aeronave e/ou no IPC (Catálogo Ilustrado de Peças) que não sejam de produção da própria fabricante da aeronave, a empresa vencedora deve apresentar a cotação ou orçamento da fabricante da determinada peça e/ou equipamento, considerando a utilização do preço base (Price List) dessa fabricante da peça e/ou equipamento e então acrescido o percentual da taxa de administração ofertada e presente na então proposta vencedora.

1.9.3. Todas as peças e componentes deverão ser originais e/ou recomendadas pelo fabricante para a aeronave **AW139**, ano de fabricação 2013, prefixo **PR-HFV**, número de Série **41325**;

1.9.4. Em relação ao valor do objeto:

1.9.4.1. O valor previsto da contratação é de **R\$ 13.362.831,00** (treze milhões, trezentos e sessenta e dois mil oitocentos e trinta e um reais), composto por:

- a) **R\$ 7.000.000,00** (sete milhões de reais), correspondente ao valor estimado previsível de peças a serem trocadas conforme mapa de componentes anexo (SEI 12745748). Além das peças constantes no mapa de componentes do fabricante, outras peças e componentes que podem ser danificados ou não recomendadas à reutilização pelo fabricante (cablagens, conexões elétricas, tubulações, vedações especiais, porcas, parafusos, pinos, contra pinos, buchas e etc), não há como especificar, devido à diversidade de componentes na aeronave e já estão inclusos no valor, e;
- b) **R\$ 6.362.831,00** (seis milhões, trezentos e sessenta e dois mil oitocentos e trinta e um reais), correspondente ao valor estimado para compras de peças em que não é possível prever (danos inesperados em peças e componentes) e serão objeto de aquisições eventuais nesse registro de preço;

- 1.9.4.2. Os valores obtidos nos itens 2 e 3 serão os percentuais que comporão o preço para balizar as aquisições de peças com valores abaixo de US\$ 2.500,00 (item 2) e acima de US\$ 2.500,00 (item 3). O teto de ambos estão estimados em 38% (item 2) e 21% (item 3);
- 1.9.4.3. Esclarece-se que mesmo com a previsibilidade, a Administração só efetuará o pagamento dos componentes efetivamente fornecidos, podendo ser inferior ao valor estimado da contratação do grupo;
- 1.9.4.4. O Percentual de taxa de administração a ser aplicado sobre o valor base representa serviços de frete, desembaraço alfandegário, riscos, consolidações de materiais, lucros, manutenção e gerenciamento de estoque, galpões e tributos antes da nacionalização;

RELAÇÃO DE CUSTOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS POR EVENTO (EXEMPLO)

ITEM	PART NUMBER (PN)	NOMENCLATURA	QTD	VALOR PRICE LIST (USD)	TX. ADM	TX. ADM POR ITEM (USD)	TOTAL TX. ADM (USD)	VALOR FINAL POR ITEM (USD)	TOTAL DOS ITENS (USD)
1	7037630-812	TELA MFD/PFD	2	270.090,00	21%	56.718,90	113.437,80	326.808,90	653.617,80
2	3G2520V01431	FISHER CIVIL SEAT	10	21.542,46	21%	4.523,92	45.239,17	26.066,38	260.663,77
3	3G6210A00131	MAIN Rotor BLADE	1	166.212,11	21%	34.904,54	34.904,54	201.116,65	201.116,65
4	822835-5-107	EEC	1	195.959,21	21%	41.151,43	41.151,43	237.110,64	237.110,64
5	3G6730V00532	SERVO HIDR. PRINCIPAL	1	92.453,82	21%	19.415,30	19.415,30	111.869,12	111.869,12
6	1152550-4	GCU	1	65.627,11	21%	13.781,69	13.781,69	79.408,80	79.408,80
7	3G6730V00732	SERVO HIDRA. DE CAUDA	1	83.941,73	21%	17.627,76	17.627,76	101.569,49	101.569,49
8	3G6410A00133	TAIL ROTOR BLADE	1	47.834,40	21%	10.045,22	10.045,22	57.879,62	57.879,62
9	3G6220V02051	DAMPER MAIN ROTOR	1	30.396,90	21%	6.383,35	6.383,35	36.780,25	36.780,25
10	33204-002	BATERIA PRINCIPAL	1	20.734,64	21%	4.354,27	4.354,27	25.088,91	25.088,91
11	0230390-202	FAROL DE POUSO	1	20.195,71	21%	4.241,10	4.241,10	24.436,81	24.436,81
12	1152546-2	STARTER GENERATOR	1	25.731,72	21%	5.403,66	5.403,66	31.135,38	31.135,38
13	2778-1	BATERIA AUXILIAR	1	10.681,02	21%	2.243,01	2.243,01	12.924,03	12.924,03
14	3G6420V00455	DAMPER TAIL ROTOR	1	7.551,41	21%	1.585,80	1.585,80	9.137,21	9.137,21
15	87223-85	PRESSURE SWITCH	1	5.126,63	21%	1.076,59	1.076,59	6.203,22	6.203,22
16	A537A01AA01-0265R2	CABO MASSA DO R/P	5	122,69	38%	46,62	233,11	169,31	846,56
17	DR9841T	TYRE	2	2.102,68	38%	799,02	1.598,04	2.901,70	5.803,40
18	3G2840V00951	PROBE DE COMBUSTÍVEL	1	4.405,32	21%	925,12	925,12	5.330,44	5.330,44
19	109-0740V01-139	POSITION LIGHT RED	1	2.972,00	21%	624,12	624,12	3.596,12	3.596,12
20	109-0740V01-141	POSITION LIGHT GREEN	1	2.972,00	21%	624,12	624,12	3.596,12	3.596,12
21	A537A03AA03-0265	CABO MASSA DO T/R	4	160,19	38%	60,87	243,49	221,06	884,25
22	109-0740V01-137	TAIL POSITION LIGHT	1	2.376,78	38%	903,18	903,18	3.279,96	3.279,96
21	01-0770905-01	ANTI COLLISION LIGHT ASSY	1	2.561,44	21%	537,90	537,90	3.099,34	3.099,34
24	0230353-003	LAMP, HID DS2 50/75W	1	962,27	38%	365,66	365,66	1.327,93	1.327,93
25	HDS1171-7-4	SEAL, STATIC	2	10,92	38%	4,15	8,30	15,07	30,14
26	M83461/1-260	PACKING	2	7,51	38%	2,85	5,71	10,36	20,73
27	3073974-01	BICOS INJETORES	14	17.611,24	21%	3.698,36	51.777,05	21.309,60	298.334,41
28	3073976-01	BICOS INJETORES	14	17.626,39	21%	3.701,54	51.821,59	21.327,93	298.591,05
TOTAL (US\$)							US\$430.558,09		US\$2.473.682,16
VALOR ESTIMADO FINAL EM REAIS (R\$)							R\$ 2.325.874,80		R\$ 13.362.831,00
Cotação do dólar em 05/01/2023 = R\$ 5,4020									

- 1.9.4.5. Essa sistemática visa minimizar a oneração dos contratos quando da ocorrência de defeitos mais significativos financeiramente, agilizando a contratação das peças que não estão relacionadas nas manutenções regulares de imediato, favorecendo a continuidade do funcionamento da aeronave, coadunando com a contratação de manutenção (contrato distinto remunerado à custo fixo mensal) de acordo com o princípio da eficiência e economicidade.

1.10. DA PREVISÃO DE AQUISIÇÃO POR EXCHANGE

- 1.10.1. Ao longo da execução do contrato anterior, bem como em contrato similar para aeronaves esquilo, mostrou-se salutar a eventual aquisição de PEÇAS e/ou COMPONENTES, constantes no IPC (*Illustrate Parts Catalog*) por meio da categoria EXCHANGE, prevista no referido instrumento contratual.
- 1.10.2. O EXCHANGE trata-se de prática comercial no meio aeronáutico, já prevista para alguns itens do *Price List* do FABRICANTE e consiste, basicamente, num procedimento de troca de um componente inoperante e reparável por outro, em condições normais de uso, com pagamento de certo valor em dinheiro, o chamado *ADDITIONAL BILLING*.
- 1.10.3. No decorrer das intervenções de manutenção nas AERONAVES, caso haja falha em PEÇA e/ou EQUIPAMENTO nelas instalado, esse item deve ser retirado do aparelho e destinado a conserto, revisão ou descarte, conforme o caso.
- 1.10.4. No contexto desses eventos de manutenção, em algumas situações, o serviço de reparo/revisão do componente pode ser realizado por oficina homologada situada no Brasil. Já em outros casos, a peça deve ser enviada para oficinas homologadas situadas no exterior, caso não haja oficina nacional homologada. Dessa forma, tanto num, quanto no outro caso, a ausência de um COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO sobressalente em estoque, o período de indisponibilidade das AERONAVES corresponderá ao tempo consumido para o restabelecimento da funcionalidade do COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO.
- 1.10.5. Em outros casos, a depender da natureza e/ou extensão do defeito apresentado no COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO, seu conserto pode se tornar demorado e dispendioso a ponto de tornar a recuperação desvantajosa para o interesse público. Dessa maneira, a previsão do Exchange pode se tornar uma hipótese de aquisição de um componente EM CONDIÇÕES DE USO menos onerosa, ao considerar-se o valor da aquisição de um componente novo, ou mesmo novo com possibilidade de recuperar parte dos custos de aquisição.
- 1.10.6. Demonstrada a conveniência do EXCHANGE para o interesse público, recomenda-se ao licitante total conhecimento dessa prática prevista neste Termo de Referência, bem como, para sua efetivação, após a aprovação dos orçamentos e apresentação de laudos e justificativas inerentes, a autoridade competente deverá transferir o domínio de propriedade do COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO ao fornecedor do COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO.
- 1.10.7. No fornecimento de PEÇAS e COMPONENTES à base de EXCHANGE, o procedimento de compra será o mesmo adotado para as demais PEÇAS e COMPONENTES, considerando-se a avaliação para a base de troca no mercado.

1.10.8. A ocorrência do *ADDITIONAL BILLING* será admitida mediante comprovação por meio de Laudo Técnico de responsabilidade da CONTRATADA, a ser submetida à avaliação da CONTRATANTE.

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. Justificativa pelo não parcelamento do objeto:
- 2.2.1. Em que pese haver a possibilidade de fracionar o objeto da contratação em grupos e itens distintos (peças ordinárias e extraordinárias) ou, até, em certames licitatórios autônomos, como fora realizado, por exemplo, nos processos realizados no ano de 2012 para as aeronaves EMB-145 da frota da CAOP/CGAP/DIREX/PF, verificou-se na prática que tal fracionamento não seria a opção mais vantajosa para a Administração.
- 2.2.2. Esta forma de contratação resulta por vezes na indisponibilidade parcial da aeronave que impede sua operação, no entanto, os demais contratos continuam vigentes e por sua vez sendo honrados representando gastos mensais mesmo que a aeronave permaneça em solo. Tal problema ocorre porque apesar de serem prestados por empresas diversas e aparentemente não possuírem vínculos diretos e finalidade distintas, todos os contratos interferem diretamente na operabilidade da aeronave, tendo um único objetivo final: a aeronavegabilidade e disponibilidade da aeronave para voo.
- 2.2.3. Nesse contexto, seria muito provável que ocorressem conflitos de interesse entre as diversas empresas contratadas, principalmente quando houvesse necessidade de se responsabilizar qualquer delas por vícios ou fatos dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, em razão de estarem todos eles relacionados ao mesmo objeto, ou seja, a manutenção da AERONAVE.

2.2.4. Dessa forma, por se tratar de serviços inter-relacionados, a junção do objeto em um único item e o agrupamento dos itens é economicamente vantajoso para a Administração. Além disso, é conveniente que tais serviços tenham um gerenciamento centralizado, de modo a evitar a prejudicialidade comentada nos parágrafos anteriores. Como afirmado, o eventual fracasso da contratação ou da execução correta da prestação dos serviços ou do fornecimento de materiais aeronáuticos, em separado, por empresas distintas, poderia comprometer toda a contratação aqui almejada, acarretando sérios prejuízos à Administração, revezes financeiros e descontinuidade dos serviços operacionais da aeronave.

2.2.5. Por essas razões, entende-se que os itens 2 e 3 a serem licitados devem permanecer em grupo único, pois essa é a melhor forma de administrar o contrato a ser celebrado e que possibilitará a integralidade do patrimônio público e condições mais vantajosas à Administração, nos termos do art. 15º, da Instrução Normativa nº 005/2017-MPOG, de 26 de maio de 2017 (IN 05/2017).

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.
- 5.2. Visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, serão exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando da aquisição de bens:
- 5.3. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 5.4. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- 5.5. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenil-polibromados.
- 5.6. A comprovação do disposto no subitem anterior e seus incisos poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.
- 5.7. Todo o material será adquirido considerando a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5º I, II, III e § 1º, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução.

6. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 6.1. O prazo de entrega das peças e componentes de uso rotineiro, a exemplo daqueles usados em trocas sistemáticas e inspeções preventivas, deverá ser combinado no orçamento aprovado pela fiscalização de modo a atender os prazos de execução das inspeções, em remessa (*única*), no seguinte endereço: **Comando de Aviação Operacional (CAOP/CGAP/DIREX/PF), Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Hangares, Hangar 13/14, Lago Sul, Distrito Federal, CEP 71.608-900**, de segunda a sexta, no horário de 08h às 18h, exceto feriados, salvo se houver necessidade pela CAOP/CGAP/DIREX/PF de entrega em horário diverso.
- 6.2. Nas eventuais situações em que um componente de maior complexidade sofrer algum tipo de avaria provocada por acidente e/ou incidente, pela urgência que a situação requeira, o prazo máximo para entrega será de 30 (trinta) dias. Os casos de impossibilidade comprovada de cumprimento dos prazos estabelecidos, como por exemplo, a ausência da peça no estoque da CONTRATADA e a consequente necessidade de importação, deverão ser fundamentados por escrito, o que pode se dar por meio do orçamento, para a CONTRATANTE para análise e posterior deliberação.
- 6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.7. Assim que for efetivada a solicitação de orçamento de peças e componentes pela fiscalização do contrato, a CONTRATADA terá 02 (dois) dias úteis para encaminhar orçamento com valor total das PEÇAS e COMPONENTES relacionados na Solicitação de Fornecimento, salvo impossibilidade devidamente justificada a ser analisada pela equipe de fiscalização;
- 6.8. No ato da entrega, as PEÇAS e/ou COMPONENTES nacionais ou estrangeiros deverão estar acompanhados das respectivas documentações comprobatórias de conformidade e rastreabilidade (formulário SEGVOO, FAA FORM, EASA FORM, etc.).
- 6.9. Todas as peças fornecidas pela empresa deverão constar documentos que comprovem a sua origem e rastreabilidade, podendo a contratante, em qualquer época, requisitar os comprovantes de origem das peças, materiais e equipamentos para arquivo de rastreamento.
- 6.10. A ocorrência do *ADDITIONAL BILLING* será admitida mediante comprovação por meio de laudo técnico de responsabilidade da CONTRATADA, a ser submetida à avaliação da CONTRATANTE.
- 6.11. Para faturamento das peças de origem estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão da nota fiscal e consequente envio do material pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.
- 6.12. AOG - *Aircraft On Ground* - termo utilizado em manutenção aeronáutica indicando que um problema é grave o suficiente para manter a aeronave fora de serviço e, que há necessidade premente de retorná-la a condição de aeronavegabilidade a fim de evitar atrasos ou cancelamentos adicionais a atividade aérea. Aplica-se o termo a qualquer peça e/ou componente de reposição necessários para que a aeronave retorne o mais rapidamente ao serviço, estando seus custos já incluídos nas taxas administrativas ora contratadas.
7. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
  - 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
  - 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
  - 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
  - 8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.
- 8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
  - 11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
  - 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. **DO PAGAMENTO**

- 12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
  - 12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
  - 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato (que ocorre a partir do recebimento do material no local estipulado, e não pela data de emissão da nota fiscal em si, o que possibilita a conferência e fiscalização do material recebido).
  - 12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
    - 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
  - 12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
  - 12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
  - 12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
  - 12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
  - 12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
  - 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
  - 12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
  - 12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
    - 12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
  - 12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I= (TX)

I= (6/100).  
365

I=0,00016438  
TX= Percentual da taxa anual=6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou outro que venha a substituir, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. O presente termo de referência visa o registro de preço para a compra de peças e componentes utilizados na manutenção preditiva e corretiva da aeronave AW139. Dessa forma a demanda por peças depende de fatores como: horas de voo da aeronave, ciclos dos motores, partes imprevisíveis de sistemas e etc. Assim, os pagamentos se darão após o recebimento e aceite do objeto por parte da equipe de fiscalização, não havendo risco para a Administração.

15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, que somado ao período da garantia legal, serão os fornecido pelo fabricante, ou superior, caso o fabricante altere os prazos de garantia no decorrer do contrato, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Os prazos estabelecidos para peças novas e aqueles para peças usadas/trocadas/reparadas são os usuais da indústria de aviação.

15.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

15.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

15.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

15.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

15.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

15.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

15.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

15.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

15.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;

- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I - **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;;
- II - **Multa:**
  - (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - (2) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- III - **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- IV - **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- V - **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital;

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de certificação da empresa pela fabricante da aeronave em questão ou do grupo moto propulsor nesta instalado.

17.3.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

17.3.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: Entregas realizadas, no período de um ano, no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a um determinado cliente.

17.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

17.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 18. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 13.362.831,00** (treze milhões, trezentos e sessenta e dois mil oitocentos e trinta e um reais), sendo **R\$ 7.000.000,00** (sete milhões de reais) por tratar de componentes já previstos e **R\$ 6.362.831,00** (seis milhões, trezentos e sessenta e dois mil oitocentos e trinta e um reais) para peças e componentes cuja necessidade ao longo do tempo não é possível aferir, em razão de fatores imprevisíveis.

## 19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. Os recursos orçamentários a serem empregados nas aquisições eventualmente efetivadas serão aquelas oriundas da Conta Única do Tesouro Nacional, descentralizadas à UASG 200334 (COAD/DLOG/PF), todavia, trata-se de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, modalidade licitatória que prescinde previsão orçamentária específica.

Brasília/DF, 28 de abril de 2023.

Elaborado por:

**CARLOS EDUARDO HESSEL DE PAULA**  
Agente Polícia Federal  
Mat. 14.119  
*Integrante Técnico*

**WILLIAN MACDONALD ALVES**  
Agente de Polícia Federal  
Mat. 20.423

De acordo:

**WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA**  
Delegado de Polícia de Federal  
**Coordenador do Comando de Aviação Operacional**  
*Integrante Requisitante*

**APROVAÇÃO:** Aprovo o presente Termo de Referência por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constan, plenamente justificadas a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas, bem como estimativa de custos da contratação e da justificativa apresentada no mapa comparativo de preços quanto à dificuldade de conseguir os três orçamentos até a presente data.

**GUSTAVO PAULO LEITE DE SOUZA**  
Delegado de Polícia Federal  
Diretor Executivo



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO PAULO LEITE DE SOUZA, Diretor-Executivo**, em 08/05/2023, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILLIAN MACDONALD ALVES, Agente de Polícia Federal**, em 28/04/2023, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO HESSEL DE PAULA, Agente de Polícia Federal**, em 28/04/2023, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA, Coordenador(a)**, em 28/04/2023, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **28707865** e o código CRC **5275A36D**.